

economia

Lula vai recorrer à OMC contra tarifas dos EUA

Se não houver sucesso na negociação, governo federal garante que vai aplicar a recente Lei de Reciprocidade

/ RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou nesta quinta-feira que o governo federal vai abrir uma reclamação oficial à Organização Mundial do Comércio (OMC), para tentar reverter as tarifas de 50% sobre exportações de produtos comerciais aos Estados Unidos, anunciada na quarta-feira por Donald Trump. Caso não haja sucesso, no entanto, o País adotará retaliações proporcionais, garantiu o presidente brasileiro.

“Não tenha dúvida que, primeiro, nós vamos tentar negociar. Mas, se não tiver negociação, a Lei da Reciprocidade será colocada em prática. Se ele vai cobrar 50% de nós, nós vamos cobrar 50% dele”, reforçou o presidente. A ideia de Lula é que o recurso à OMC seja articulado com outros países que também estão sendo taxados pelos Estados Unidos (EUA). “Dentro da OMC, você pode encontrar um grupo de países que foram taxados pelos EUA. Tem toda uma tramitação que a gente pode fazer. Se nada disso

der resultado, vamos ter que fazer (de acordo com) a Lei da Reciprocidade”, acrescentou.

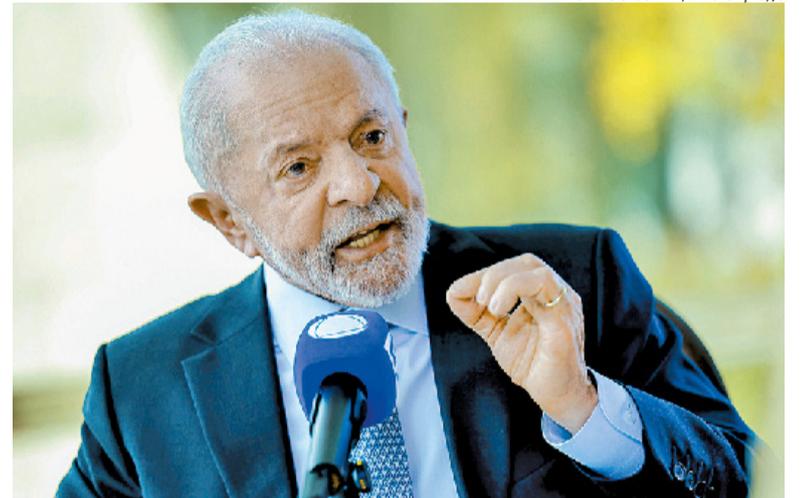
A lei brasileira citada pelo presidente foi sancionada em abril e estabelece critérios para a suspensão de concessões comerciais, de investimentos e de obrigações relativas a direitos de propriedade intelectual em resposta a medidas unilaterais adotadas por país ou bloco econômico que impactem negativamente a competitividade internacional brasileira. Lula destacou que abrirá um comitê, com participação dos empresários que exportam aos EUA, para analisar o novo cenário comercial com os americanos. “Não vou dizer um gabinete de crise, vou dizer um gabinete de repensar a política comercial brasileira com os EUA”, pontuou.

O presidente prometeu apoiar o setor empresarial e se empenhar para fazer com que os produtos do Brasil que deixarão de ser vendidos aos EUA sejam comprados por outros países. “Vamos ter que proteger (o setor produtivo), vamos ter que procurar outros parceiros

para comprar nossos produtos. O comércio do Brasil com os EUA representa 1,7% do PIB (Produto Interno Bruto). Não é essa coisa de que a gente não pode sobreviver sem os EUA. Obviamente que nós queremos vender”.

Lula voltou a cobrar respeito de Trump e criticou a forma como a carta foi divulgada, antes mesmo de chegar ao destinatário de forma oficial. “O Brasil é um país que não tem contencioso de ninguém. Aqui, tudo se resolve numa conversa. Achei que a carta do presidente Trump era um material apócrifo. Não é costume você ficar mandando correspondência para outro presidente através do site do presidente da República”, criticou.

O presidente lembrou da bicentenária relação diplomática de Brasil e EUA e destacou ter se dado bem com todos os demais líderes norte-americanos com que se relacionou nas últimas duas décadas. “O Brasil tem 201 anos de relação com os Estados Unidos. Uma relação diplomática virtuosa, uma relação de benefício para ambos os lados. Eu me dei bem com todos



RICARDO STUCKERT / DIVULGAÇÃO/JC

Presidente destacou a bicentenária relação diplomática entre os países

os presidentes. Me dei bem com o Clinton, com o Bush, com o Obama, com o Biden. O Brasil é um país de conversa.”

Sobre os termos da carta de Trump, o presidente brasileiro voltou a rebater que haja algum tipo de disparidade comercial entre os países, já que os EUA obtêm superávits comerciais com Brasil há pelo menos 15 anos. Quanto à exigência de Trump de impedir que o ex-presidente Jair Bolsonaro seja

julgado pelo crime de tentativa de golpe de Estado, Lula disse que o Poder Judiciário é independente. “Eu não me meto no Poder Judiciário porque aqui o Judiciário é autônomo”, disse. “O que não pode é ele pensar que é o xerife no mundo. Ele pode fazer o que ele quiser dentro dos EUA. Aqui, no Brasil, quem manda somos nós, brasileiros.” Lula ainda responsabilizou Bolsonaro pela penalização ao comércio brasileiro.

Déficit crônico não pode servir de pretexto, diz Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o déficit comercial crônico dos Estados Unidos com o resto do mundo não pode servir de pretexto para decisões desequilibradas como a tarifa de 50% contra produtos brasileiros.

Conforme o ministro, a decisão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, é explicada mais por pretensão política da extrema direita, referindo-se a interesses da família Bolsonaro, do que propriamente pela racionalidade econômica, já que o Brasil tem déficit nas trocas de produtos e serviços com a maior economia do mundo.

“Na minha opinião, não acredito que isso a tarifa possa se manter assim. Não vejo base nenhuma para que isso seja assim”, comentou Haddad durante entrevista a jornalistas de cinco veículos: Brasil 247, Carta Capital, Diário do Centro do Mundo, Fórum e TVT News.

Ao abordar as preocupações americanas em relação à proximidade do Brasil com a China, Haddad destacou que os interesses com EUA e Europa são de tamanho equivalente aos que o governo tem com Pequim. Nesse sentido, ressaltou que o Brasil se pauta pelo pragmatismo, de modo que não

concede mais ou menos espaço a quem quer que seja, assim como é grande demais para ser “apêndice” de um bloco econômico.

Segundo Haddad, a “narrativa” de que o Brasil tem um mercado fechado tampouco pode ser justificativa às barreiras de Trump pois não tem “aderência à realidade”. Ele citou números que mostram que a tarifa efetiva de produtos importados nos Estados Unidos, de 2,7%, é pouco mais da metade da alíquota efetiva de importação no Brasil, de 5,2% considerando to-

das as compras do exterior.

“Ou seja, é um tipo de narrativa que não tem aderência à realidade. Se tivesse, nós deveríamos estar negociando. Mas nem isso, nem isso tem aderência nenhuma aos fatos concretos, aos dados econômicos concretos”, comentou Haddad. Ele acrescentou que a posição do Brasil de defender o multilateralismo, que vem sendo atacado por Trump, também não pode ser pretexto para a tarifa anunciada ontem pelo presidente americano.



FABIO RODRIGUES-POZZEBOM / AGÊNCIA BRASIL

Ministro da Fazenda classificou ato como ‘decisão desequilibrada’

Mídia mundial aponta cunho político e ‘tom marcadamente diferente’

A notícia de que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou a imposição de uma tarifa de 50% sobre todos os produtos importados do Brasil a partir de 1º de agosto repercutiu também na mídia internacional.

O The Wall Street Journal focou no fato de que o governo Trump está envolvido em uma disputa com o Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as medidas tomadas por Alexandre de Moraes para reprimir os discursos de ódio da extrema direita brasileira, tanto no País quanto nos EUA - bem como o apoio do republicano ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

Na avaliação da Reuters, a ordem para que o escritório do Representante de Comércio dos EUA abrisse uma investigação de práticas comerciais desleais sobre as políticas do Brasil, de acordo com a Seção 301 da Lei de Comércio de 1974, pode levar a novas tarifas sobre as exportações brasileiras.

Já a Bloomberg foca nos impactos dos ativos nacionais, com o real caindo quase 3% em relação ao dólar após o anúncio, enquanto o MSCI Brazil ETF - o

maior fundo negociado em bolsa listado nos EUA que acompanha as ações do país - caiu quase 2% no pós-mercado.

A rápida escalada da disputa tem potencial para grandes repercussões econômicas e políticas, especialmente em solo brasileiro, aponta o The New York Times, afirmando que os EUA são o segundo maior parceiro comercial do Brasil, depois da China, e Trump parece estar exigindo o fim da acusação de Bolsonaro para suspender as tarifas elevadas.

O Financial Times ressalta que, enquanto outros países receberam cartas quase idênticas que se referiam à força e ao compromisso da relação comercial com os EUA, o texto para a nação mais populosa da América Latina tinha um “tom marcadamente diferente”.

O francês Le Monde lembrou que, na segunda-feira, Trump ameaçou impor tarifas alfandegárias adicionais a “qualquer país que se alinhe às políticas antiamericanas do Brics”, bloco que atualmente é presidido pelo Brasil.